

Consenso no mercado para nova queda da taxa Selic

Banco Central realiza, nesta semana, reunião do Copom em clima de maiores incertezas no exterior, mas apostas de analistas convergem para o quinto corte seguido de 0,25 ponto percentual na taxa básica, para 13,75% ao ano. Na contramão, Fed deve aumentar os juros

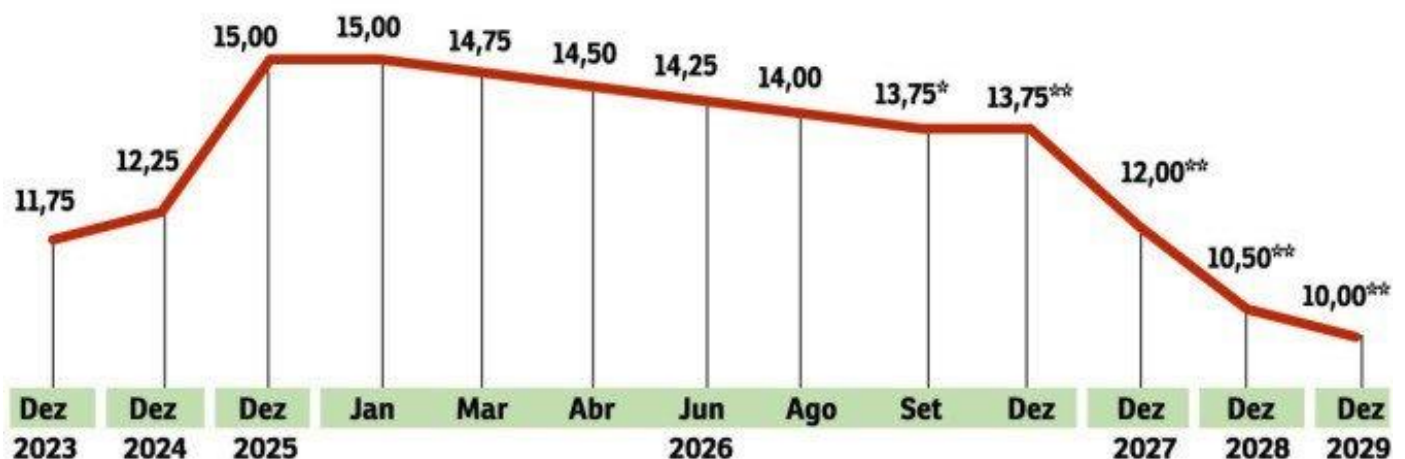
Por Rosana Hessel
postado em 14/09/2026 00:22

Corte gradual

O Banco Central realiza mais uma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nesta semana, e o consenso do mercado é de mais um corte gradual de 0,25 ponto percentual. A dúvida, no entanto, fica por conta da continuidade ou não desse processo de flexibilização em um ambiente externo e interno cada vez mais incerto

REUNIÃO DO COPOM

Taxa Selic — Em % ao ano



*consenso das projeções do mercado

**Mediana das estimativas do mercado coletadas pelo Banco Central em 4 de setembro de 2026

O Banco Central realiza, nesta semana, a 6ª reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) e o consenso do mercado é de que haverá mais uma redução de 0,25 ponto percentual na taxa básica da economia (Selic), para 13,75% ao ano. Com isso, o BC realizará o 5º corte consecutivo nos juros básicos no atual ciclo de flexibilização monetária, iniciado em março. A diretoria do BC segue com duas vagas abertas desde o começo do ano, em meio à crise de credibilidade da instituição após o envolvimento de servidores do BC no caso Master — o maior escândalo financeiro do país, envolvendo autoridades de todos os Poderes.

A expectativa dos especialistas ouvidos pelo Correio é de que o Copom seguirá com o discurso mais *hawkish* (menos tolerante com a inflação), mantendo o tom cauteloso dos comunicados, a fim de sinalizar que segue independente da vontade política. A dúvida entre os analistas recai sobre as decisões das duas últimas reuniões do ano do Copom, em

novembro e em dezembro, que ocorrerão com o resultado das eleições já definido. Além disso, eles alertam sobre o aumento das incertezas no cenário externo, com a piora na perspectiva de paz no Oriente Médio, que fez os preços do petróleo voltarem a ficar acima de US\$ 100 o barril, tem deixado dúvidas se realmente haverá espaço para novos cortes na Selic, dependendo de quem vencer as eleições. Devido à esse cenário mais tenso, mesmo com a desaceleração de 0,32% na inflação de agosto, as perspectivas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o acumulado do ano é de mais carestia, tanto que as projeções do mercado indicam uma inflação acima de 5% neste ano, acima do teto da meta, de 4,50%.

Para Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o Copom pode continuar reduzindo os juros em mais uma reunião encerrar o ano com a taxa Selic em 13,25% ao ano. Contudo, o economista alertou sobre os riscos inflacionários no radar, como os efeitos do fenômeno climático El Niño, que promete ser mais forte do que os anteriores; a alta de juros nos Estados Unidos, que pode pressionar o câmbio; e as eleições, que também trazem incertezas pela frente. "Nós achávamos que o Copom pausaria os cortes agora, mas há dois fatores que contribuem para essa queda de 0,25 ponto percentual: a desaceleração da atividade e os números da inflação que vieram mais baixos do que o esperado pelo mercado, mas não tenho muita certeza nessa desinflação", explicou.

Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, a desaceleração do PIB e da inflação garantem espaço para o Copom continuar cortando os juros em mais 0,25 ponto percentual, nesta reunião e nas próximas. "A atividade econômica está fraca e os dados de inflação estão mais acomodados, e, portanto, há espaço para cortar. O viés é para o BC continuar cortando (a Selic) até dezembro." Padovani disse que, apesar de o petróleo ter voltado a ficar acima de US\$ 100, ao longo do ano, o preço do barril tem oscilado ao redor de US\$ 90, e isso é mais importante em vez da maior incerteza em torno do conflito no Oriente Médio. "O Brasil atravessa um ambiente com dúvidas em relação ao fiscal e ao câmbio, que são variáveis de risco, além da questão do petróleo, mas isso não deve pesar muito na decisão de continuidade dos cortes", acrescentou.

Assim como Padovani, o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, vê espaço para mais uma queda da taxa Selic neste ano, para 13,50% ao ano, em novembro. Mas, reconheceu que, se o Fed elevar os juros, isso poderá influenciar na paralisação dos cortes depois de setembro. "O Copom pode terminar o ano com os juros em 13,75% anuais, mas, em novembro, ele pode reavaliar, dependendo do resultado das eleições, e realizar mais um corte na Selic, para 13,50%, porque uma taxa desse tamanho não faz diferença nenhuma", disse. **Agostini**, contudo, ainda mantém as previsões da Selic em 13,75% anuais, e acredita que os juros só devem começar a cair novamente em março de 2027. "Não tem jeito, o BC vai ter que esperar o novo governo apresentar os planos e esperar, naturalmente, os dados da economia do primeiro trimestre para saber se há espaço para a retomada da queda dos juros", destacou.

Por outro lado, Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria, acredita que, após o corte da Selic nesta semana, para 13,75% anuais, o BC deverá manter os juros nesse patamar até dezembro, diante de um cenário-base em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reeleger. "Quedas adicionais dos juros só viriam a partir de 2027, mas

a partir do segundo trimestre do ano, porque há um cenário de piora da inflação no próximo ano e de aumento de volatilidade no câmbio", afirmou ela, que reduziu de 5,3% para 5% a expectativa de inflação deste ano, mas elevou de 4,2% para 4,50%, a alta do IPCA de 2027, especialmente por conta de um cenário mais conservador para combustíveis e com impactos nos preços dos alimentos devido ao fenômeno climático El Niño mais forte.

Nesse cenário de mais tensão no mercado e de desaceleração na economia, Ribeiro destacou ainda que, por conta dessa perspectiva mais crítica, tanto interna quanto externa, as projeções da Tendências pioraram. Ela reduziu de 1,2% para 1% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano e elevou de 11,50% para 12% ao ano para a taxa Selic no fim de 2027. "O comunicado do Copom não deve fechar as portas em termos de sinalização de corte ou de aumento de juros, porque, assim, como o comunicado anterior, o BC deverá reforçar os riscos do ambiente externo e dos choques do preço do petróleo", pontuou.

Acima da meta

Apesar de o governo ter comemorado a deflação de 0,32% no mês de agosto, os economistas alertaram para o fato de que o Bônus de Itaipu foi o principal fator dessa queda do IPCA, porque isso não ocorrerá nos próximos meses. Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, ponderou que o processo de desaceleração da economia pode dar tranquilidade para o BC reduzir a taxa Selic em mais 0,25 ponto percentual, mas reforçou que o risco inflacionário continua no radar. "A inflação de agosto caiu por questões pontuais, mas voltará a acelerar em setembro e deve fechar o ano ao redor de 5%. Agora, daqui para frente, o BC terá que sobrepesar os dados que serão divulgados até a reunião de novembro com a incerteza gerada pela eleição e qual será a política econômica do próximo governo", disse Leal. Para ele, o comunicado do Copom seguirá o mesmo script do anterior, "sucinto e sem indicações sobre o futuro".

Rafael Cardoso, economista-chefe do Banco da Daycoval, também acredita que o BC vai reduzir a Selic para 13,75% e pausar o ciclo de cortes dos juros, retomando apenas em 2027, devido às pressões inflacionárias que devem ser provocadas pelas eleições no meio do caminho e os efeitos do El Niño. "Existem alguns fatores que poderiam fazer o BC optar pela pausa, mas, num segundo momento, com a continuidade desse processo de desaceleração da atividade econômica, ele poderia retomar o ciclo (de cortes) em 2027", disse. Segundo ele, mais fácil do que discutir se o Copom segue ou não segue sem pausa o ciclo decortes, "é afirmar que as condições para taxas de juros menores ao longo de 2027 estão se acumulando".

Os analistas ressaltaram que a Selic continua elevada, em grande parte, porque a política fiscal do governo tem jogado contra a política monetária conduzida pelo BC. Apesar dos vários recordes na arrecadação federal, o governo segue gastando mais do que recolhe, e abate despesas extraordinárias e precatórios da meta fiscal, como precatórios, para aparentar que está comprometido com o equilíbrio fiscal e que respeita o arcabouço — que é desacreditado desde o primeiro ano, quando foi alterado. Consequência desse quadro é um PIB fraco, que não passa de 2%.

Superquarta divergente

Os bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos realizam, nesta semana, reuniões simultâneas dos seus respectivos comitês de política monetária, o Copom, do BC brasileiro, e o Fomc, do Federal Reserve (Fed), que tomarão as suas respectivas decisões na próxima quarta-feira, no dia 16. Especialistas, contudo, apostam que, ao contrário do BC brasileiro, o Fed deve retomar o ciclo de alta dos juros, a exemplo do Banco Central Europeu (BCE), que elevou os juros na semana passada. Dessa forma, as apostas são de uma superquarta divergente entre BC e Fed.

Analistas explicam que o quadro inflacionário nos EUA segue preocupante, pois o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês), divulgado na semana passada, registrou alta de 0,4%, em agosto, e avançou 3,4% no acumulado em 12 meses, bem acima do centro da meta perseguida pelo Fed, de 2%. O indicador ainda registrou alta generalizada em todas as categorias, com energia disparando 16,3%, no acumulado em 12 meses, e alta de 10,1% nos combustíveis apenas em agosto. Logo, o aumento das incertezas no Oriente Médio, que fez petróleo ficar acima dos US\$ 100, aumentaram as chances de o Fomc elevar os juros. As apostas são de alta de 0,25 ponto percentual na taxa básica norte-americana, para 3,75% e 4% ao ano.

Gustavo Cruz, estrategista-chefe da Sincra, lembrou que as declarações do presidente dos EUA, Donald Trump, indicaram que a guerra no Golfo Pérsico deve se estender até as eleições norte-americanas, e, como um terço da inflação de agosto foi puxada pelos combustíveis, "o Fed vai ficar pressionado para subir os juros", a exemplo do BCE. "E, com isso, o BC brasileiro pode se sentir pressionado a seguir com corte bem gradual nos juros ou mesmo paralisar o ciclo de redução da Selic", afirmou.

O economista-chefe do Banco do Nordeste (BNB), Rogerio Sobreira, acredita que o Fed deverá elevar os juros básicos em 0,25 ponto percentual na reunião do Fomc desta semana. "Os dados recentes de inflação vieram muito fortes, assim como os dados de mercado de trabalho e Produto Interno Bruto (PIB). Adicionalmente, as expectativas inflacionárias para o fim deste ano, estão em uma trajetória crescente e o mesmo pode ser dito em relação ao crescimento do PIB", ressaltou. Segundo Sobreira, apesar de o quadro inflacionário ter piorado, principalmente, por conta da guerra e dos tarifas, a economia norte-americana segue em um ritmo bastante forte.

"As expectativas para crescimento do PIB, também para este ano, apontam para uma economia se expandindo a uma taxa de aproximadamente 4%. A nota dissonante refere-se ao sentimento do consumidor, que vem apresentando significativa piora desde agosto, tanto no que diz respeito à situação corrente quanto em relação à situação futura", acrescentou Sobreira. Ele lembrou que o consumidor norte-americano está mais pessimista em relação à inflação daqui a um ano e daqui a três anos, tendo, em setembro, "apresentado uma piora nas mesmas em relação ao que se observou no mês de agosto".